



Definidas ações pelas rodovias federais

A convocação do coordenador estadual do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) para falar sobre a manutenção das rodovias federais no estado, - a começar pelo trecho Norte da BR-101 (duplicado)-, e o estabelecimento de estratégias e ações coordenadas, unindo todas as frentes que lutam pelo início imediato das obras de duplicação no trecho Sul. Estes os dois principais encaminhamentos da primeira reunião de trabalho do *Fórum Permanente das Rodovias Federais*, realizada quinta-feira (27). A convocação do coordenador foi proposta pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL).

“Já conversei com o deputado federal Jorge Boeira (PT), coordenador da Frente Parlamentar criada quarta-feira (26) e no dia 31 (segunda-feira), já com a resposta do ministro Anderson Adauto sobre a continuidade do processo de licitação, ele estará aqui para que estabeleçamos um trabalho coordenado”, explicou o presidente do Fórum, deputado Joares Ponticelli (PPB). O encontro deve acontecer por volta das 18h30min de segunda-feira. Nesta linha de atuação, o Fórum acatou, de forma unânime, apelo feito pelo deputado Antônio Carlos Vieira (PPB). “Eu não gostaria de morrer por causa de divergências político-partidárias. Faço um apelo aqui para que atuemos em defesa das vidas que estão sendo perdidas nas rodovias. As vidas perdidas não têm partido e a Assembleia está aqui para defender os interesses da sociedade”, enfatizou.

Com esta posição fechada, decidiram buscar integrar o trabalho do Fórum específico da BR-282, criado por iniciativa do deputado Romildo Titon (PMDB), e unificar discursos, trazendo tudo para o âmbito do Fórum das Rodovias. “Concorro plenamente. Temos que fazer o chamado bom combate”, endossou a deputada Ana Paula Lima (PT). Integram ainda o Fórum os deputados Reno Caramori (PPB), Antonio Ceron (PFL), Genésio Goulart (PMDB), Jorginho Mello (PSDB), Odete



Fórum: unificação de todas as forças políticas, empresariais e da sociedade civil catarinense fundamenta atuação

de Jesus (PL) e Narciso Parisotto (PTB).

Outra decisão importante, desta vez relativa às rodovias estaduais e até mesmo municipais, foi a elaboração de um ante-projeto de lei – possibilidade criada com o novo regimento interno – que amarre efetivamente o direcionamento dos recursos do IPVA para a manutenção de rodovias, determinação já expressa na legislação federal. “São arrecadados algo superior a R\$ 100 milhões com este imposto, que poderiam ir para um fundo, ou ter regras legais que pudessem obrigar a comprovação por municípios e estados do uso dos recursos para o fim a que é destinado constitucionalmente”, argumentou Vieirão, idealizador da proposta. Assesores jurídicos dos deputados do Fórum foram acionados e vão estudar a melhor fórmula para a proposição, sem incorrer em inconstitucionalidades. Depois de pronto, o ante-projeto será encaminhado ao Executivo, que o remeterá em forma de projeto de lei para apreciação do Legislativo. (MMV)

Novas leis trazem benefícios diretos à sociedade



De um total de 19 vetos apostos pelo governo a projetos parlamentares aprovados na legislatura anterior, o parlamento derrubou nove, transformando em lei propostas de diversos deputados, beneficiando diretamente os setores de saúde, economia e direitos do consumidor, entre outros. Dez vetos foram mantidos e outros quatro ainda aguardam apreciação do plenário.

(foto Carlos Kélian)



FOME ZERO

Exposição do trabalho do repórter fotográfico Olívio Lamas deu a largada na arrecadação de alimentos e ações da ONG Rede 13, lançada oficialmente no plenário na noite do dia 25.

Página 3

Página 7

A reestadualização do Besc *

É bastante louvável o esforço dos Governos Federal e Estadual para manter o Besc público (o que ele ainda é) e em mãos dos catarinenses. Afinal, trata-se de um compromisso de campanha e bandeira decisiva, acredito, para a vitória de Lula em Santa Catarina e eleição de Luiz Henrique da Silveira.

É preciso, no entanto, atentar para os seguintes aspectos:

1. A federalização foi absolutamente necessária. Como um dos defensores do acordo de federalização, devo lembrar que o Governo do Estado não tinha outra alternativa. O Besc encontrava-se em uma situação bastante difícil, que se arastava por muitos anos, e antes que ocorresse a sua liquidação, com total prejuízo para os correntistas, poupadores, investidores - que perderiam dinheiro - e funcionários - que perderiam seus empregos - procedeu-se a federalização do Banco.

2. Como se procedeu a federalização. O governo federal injetou R\$ 780 milhões, em 30/8/2000, no capital do Besc e, em decorrência, o Estado vendeu à União as ações do banco em seu poder. Com o valor da venda das ações, o Governo estadual quitou a chamada conta gráfica da dívida pública catarinense, junto ao Ministério da Fazenda, em valor superior a R\$ 570 milhões, referenciada no contrato 12/98 assinado pelo Governo Paulo Afonso na rolagem da dívida estadual, ocorrida em março de 1998. É importante lem-

brar que nessa rolagem, as ações da Celesc, em poder do Estado, entraram como garantia. O não pagamento dessa conta implicaria em entregar a Celesc à privatização.

3. O "trunfo" da conta única. O governo Amin se utilizou do "trunfo" da conta única para suspender, por decisão do Supremo Tribunal Federal, o leilão de privatização que ocorreria em 2002 com objetivos muito claros: incluir a conta única no preço do Banco - o que faria com que seu valor se elevasse - e ganhar junto aos futuros compradores poder de barganha para exigir a manutenção das agências (não só as pioneiras como as demais) e a manutenção da marca Besc.

4. A reversão do processo de privatização. Para o Besc sair efetivamente da lista dos bancos privatizáveis é necessário que haja lei federal (ou medida provisória) que permita a União revender para o Estado as ações compradas e a inclusão desse valor no volume da dívida estadual, uma vez que, acredito, não existe qualquer condição do Estado fazer um pagamento "cash". Seria necessário, ainda, uma injeção de recursos destinado à capitalização do Banco. Aí sim, começaria a grande empreitada pela viabilização financeira e econômica do Besc, como banco dos catarinenses.

Coloco-me à disposição para ser parceiro e encontrar o caminho, dentro da lei, para a reestadualização do Besc, se for mesmo esta a intenção e a vontade política dos governos do Estado e da União.

* *Deputado Antônio Carlos Vieira (PPB)*

Construindo um novo tempo *

A inclusão étnica na educação tem gerado polêmica até mesmo entre os militantes de movimentos negros e merece reflexões. Enquanto alguns consideram a iniciativa de fixação de cotas para afro-descendentes mais uma política racista e discriminatória, procuramos encará-la como uma medida paliativa. Afinal, para iniciar o pagamento de sua dívida social o Brasil precisa garantir aos negros o acesso à educação, aos bens culturais e materiais.

A igualdade de direitos atestada pela Constituição é o principal argumento utilizado pelos que são contra o regime de cotas no ensino superior e no serviço público. Mas o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Carlos Alberto Reis de Paula assegura que o sistema é "absolutamente constitucional". A Constituição garante tratamento diferenciado ao pequeno empresário, crianças, adolescentes e deficientes físicos, enquanto a Lei Eleitoral cria cota para a mulher na política. Por que então para o negro esse tratamento seria inconstitucional?

Vista por essa óptica, parece que a polêmica sobre as cotas é resultado de discriminação racial velada. Será que o mito de que o Brasil não é preconceituoso foi finalmente colocado em xeque? É preciso lembrar que, em uma sociedade de direitos e deveres, cabe ao Estado fixar os limites de onde terminam os direitos do indivíduo e onde começam as prioridades estabelecidas por políticas sociais.

É óbvio que a eficácia do regime de cotas precisa ser discutida e aprimorada. Não pode, porém, ser descartada como instrumento útil a um país que começa a assumir suas mazelas sociais. Trata-se de uma política compensatória que pode nos ajudar a apressar a chegada do tempo em que cidadãos negros (seja essa uma condição de cor ou de sangue) não precisarão mais de cotas para conquistar uma cadeira na universidade. Afinal, ainda temos muito a fazer até que nos tornemos de fato uma sociedade com igualdade de direitos. Por enquanto, isso também é um mito.

* *Deputado Dionei da Silva (PT)*

A paz em questão *

E o mundo assistiu, incrédulo, a ordem insana de ataque!

Sob as mais inacreditáveis justificativas, George Bush deu início à guerra contra um país cujo povo há décadas vem lutando para ter o mais básico dos direitos... direito à vida!

Quaisquer que sejam os argumentos encontrados, a verdade é que o mundo, de todas as raças, de todas as ideologias e culturas, não pode ficar a mercê de um país, por maior que seja o seu poderio bélico ou econômico.

Sou de origem libanesa e, me coloco na situação dos povos árabes e faço a seguinte indagação: Qual será o povo a ser massacrado amanhã? quais as riquezas a serem cobiçadas pelo governo Bush? serão as reservas florestais, a água ou o ar, qual será seu próximo alvo?

Os Estados Unidos é um povo que propaga a democracia, mas não deixa de lado as armas. Ao final da Segunda Guerra Mundial, ajudaram a fundar a ONU mas ignora a entidade, deixando milhões de famílias de um país a mercê de bombas e balas de artilharia.

Sob o pretexto de impor a democracia a um país governado por um tirano, o governo americano está desafiando a opinião pública mundial e colocando em risco milhares de vidas de ambos os lados e colocando a economia dos países emergentes como o Brasil em risco de colapso, para se apoderar não apenas da segunda maior reserva petrolífera do mundo mas também de uma base, talvez a mais importante, para o controle militar, econômico e político de uma vasta região do planeta.

Como observou o ex-presidente americano Jimmy Carter não há prova concreta de que o Iraque ameace diretamente a segurança dos Estados Unidos nem evidência incontestável de que Saddam tenha envolvimento com o terrorismo. Nessas condições, a guerra pode reavivar no mundo inteiro o sentimento anti-americano que andava adormecido.

Pedir paz não significa dar razão ao ditador. O projeto de pacificação é o que dá mais sentido à existência do político cuja arte é a de adiar a guerra, fazendo de tudo para sustá-la. Os argumentos levantados por Bush, além de não confirmados não justificam o massacre de uma nação inteira. O mundo não pode abrir mão da preservação do primado da ONU como suprema garantia da Paz Universal. Exatamente como vem sendo defendido pelo Brasil.

Estamos todos torcendo por um desfecho racional. O povo brasileiro proclama pela paz em nome do bom senso e da dignidade da espécie humana.

* *Deputado Dado Chereim (PSDB)*

■ Pergunte ao deputado ■

perguntaodeputado@alesc.sc.gov.br

○ O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Leitores e eleitores têm espaço neste informativo. Para o **Pergunte ao Deputado**, onde o leitor pode fazer questionamentos a parlamentares por ele determinados, as perguntas podem ser encaminhadas por telefone (48) 221-2753, ou pelo e-mail perguntaodeputado@alesc.sc.gov.br. Para o espaço **O Leitor**, reservado às manifestações diversas - críticas, sugestões ao Jornal e ao parlamento - podem ser feitas através do fax (48) 2247021 ou pelo e-mail oleitor@alesc.sc.gov.br.

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PPB)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Coordenador de Imprensa: Jonas Lemos Campos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Cleide Winckler, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic e Tatiana Kinoshita

Estagiária: Denise Arruda Bortolon

Assessores de Imprensa: Acácio Martins, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Clodoaldo Volpato, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandy Cortez Real, José Luiz Arruda, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tomini, Lisandrea Costa, Luciano Oliveira, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Regina Zandomênico, Rita de Cássia Lombardi, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn e Valeska Bittencourt Coelho

Diagramação: Rafael dos Santos

Revisão: Mirela Maria Vieira

Chefe da Fotografia: Solon Soares

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Feitas e Ronaldo Rolnei Souza

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid, Simone Marçal Alves e Carla Fabiana Faria dos Santos

Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Gráfica Zero Hora

INSTITUCIONAL

Exposição de fotos arrecada alimentos

136 fotos feitas durante a campanha do atual presidente da República pelo fotógrafo Olívio Lamas em exposição no hall da Assembleia deram a arrancada para a doação de alimentos do Fome Zero, através da Rede 13, organização não-governamental que vai dedicar-se a fomentar e integrar ações de segurança alimentar.

A exposição foi aberta na terça-feira, 25, simultaneamente ao lançamento oficial da ONG ocorrido no plenário, às 19h. Na mesa, com a galeria e o plenário cheios, o presidente da Casa, Volnei Morastoni (PT), a deputada Ana Paula Lima (PT), presidente do Fórum Parlamentar Permanente do Fome Zero, o deputado Herneus de Nadal (PMDB), a jornalista e coordenadora de Projetos Cidadãos e Solidários da ONG, Lurian Silva, e outros diretores da Rede 13. "Erradicar a fome é um compromisso de todos os cidadãos e a Assembleia tem papel essencial neste processo", disse Morastoni. O compromisso do Legislativo com políticas de segurança alimentar se concretiza no trabalho que começa a ser realizado pelo Fórum Parlamentar, integrado pelos deputados Nilson Nelson Machado (PPB), o Duduco, Nilson Gonçalves (PSDB), Simone Schramm (sem partido), Sérgio Godinho (PTB) e Odete de Jesus (PL) e Djalma Berger (PFL), além de Ana Paula. O mapeamento da miséria no estado, necessário para uma



O fotógrafo Olívio Lamas

ação concreta do parlamento na formulação e sugestão de políticas de segurança alimentar, será feito pela ONG. "A política de segurança alimentar é ação prioritária do governo federal", assinalou Lurian, que é filha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na rua - As fotos de Olívio Lamas serão levadas para a praça da Alfândega, na capital, no dia 31, e para vê-las é necessário levar um quilo de alimento

não perecível. Lamas começou sua carreira em 1968, trabalhando para a Zero Hora, em Porto Alegre (RS). De lá, passou pela Caldas Júnior, fotografando para a Folha da Manhã, e para quem cobriu a Copa de 74, na Alemanha. Foi um dos fundadores do Coojornal, em 77, e durante 14 anos foi editor de fotografia da sucursal do Jornal O Globo em São Paulo. Já passou por todos os grandes veículos de comunicação impressa, como as revis-

tasVeja, IstoÉ, Placar, Exame, e os jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, e recebeu diversos prêmios. O livro de Paulo Markun sobre Anita Garibaldi usa fotos de Lamas. (MMV)

Fórum regional Fome Zero

O relato de uma experiência iniciada no ano passado em Rio Negrinho, através da campanha *Rio Negrinho apela ao coração para combater a fome*, será apresentada pelo deputado Mauro Mariani (PMDB) que representará o Legislativo no 1º Fórum Regional Fome Zero - Modelo Catarinense, na sexta-feira (28). O evento, realizado na Câmara de Vereadores de Rio Negrinho, tem como objetivo divulgar a nova proposta de trabalho do governo no âmbito da assistência social, trabalho, renda e meio-ambiente, colher subsídios das experiências e sugestões dos municípios, bem como iniciar o processo de formação dos *Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional*.

Para dar mais agilidade e aten-

der às especificidades de cada região, o estado foi dividido em seis regiões que sediam um *Fórum Regional*: Extremo Oeste com sede em Maravilha; Meio Oeste com sede em Joaçaba; Planalto Serrano com sede em Lages; Sul com sede em Tubarão; Litoral/Vale Itajaí com sede em Balneário Camboriú; e Planalto Norte com sede em Rio Negrinho.

"A experiência iniciada em Rio Negrinho obteve engajamento de muitas entidades, igrejas e poder público municipal, e pode servir de base para o Fome Zero em toda a região", afirma o deputado Mariani.

O evento de sexta-feira contará com a participação da presidente da Fundação Nova Vida, a primeira-dama do Estado, Ivete Appel da Silveira. (AP)

Imunidade parlamentar

Convidado para falar sobre o assunto em palestra aos estudantes de Direito do Campus de Biguaçu da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), na terça-feira (25), o deputado Djalma Berger (PFL) afirmou ser favorável ao dispositivo, desde que respeitados os limites éticos, morais e legais em sua aplicabilidade. Djalma fez algumas comparações sobre a imunidade no Brasil e como ela é aplicada em outros países, principalmente na Alemanha, Portugal, Espanha, França, Estados Unidos, Argentina e Chile, e um breve histórico sobre seu Surgimento. A Inglaterra a instituiu, como medida de defesa contra a Coroa e para defender a autonomia e independência parlamentar, tendo como consequência a garantia de representação e preservação da vontade do eleitor", relatou.

O parlamentar também explicou a diferença entre imunidade parlamentar *material e formal*. "Na primeira, os parlamentares não respondem penal ou civilmente pelo que dizem no exercício de suas funções. Já a segunda ampara a liberdade pessoal do parlamentar, vedando sua prisão, além de barrar o processo criminal sem autorização do Legislativo". (CLR)

Municipalização do saneamento básico em Itapema

A municipalização do sistema de saneamento básico em Itapema será tema de audiência pública, promovida pela Assembleia, no dia 16 de abril, por solicitação de lideranças dos segmentos organizados daquele município que estiveram reunidas terça-feira (25) com o presidente Volnei Morastoni (PT). Eles relataram dúvidas em relação ao encaminhamento da municipalização, entre estas, a quem serão pagas as faturas que o consumidor está recebendo, se a prefeitura ou a Casan, além de denunciarem a forma arbitrária com que a administração municipal assumiu o serviço. "Ficamos perplexos com a forma que está sendo feita a municipalização. A prefeitura simplesmente tomou o escritório da Casan e desalojou os funcionários", diz Ivo Vanderlinde.

Foram levantadas ainda suspeitas a respeito de contrato firmado entre uma empresa paulista e a prefeitura, no valor de R\$ 169 mil, para a execução dos serviços. "Quando a Casan era a responsável pelos serviços, operava com 13 funcionários cuja a folha não deve ultrapassar a R\$ 30 mil. Verificamos que



Lideranças do município na presidência

a diferença nos valores não pode ser justificada pelos produtos químicos usados no tratamento da água, pois os mesmos não estão previstos no contrato". Para Vanderlinde, existe a desconfiança e a preocupação em relação ao contrato, pois a população poderá ficar refém de um contrato de longo prazo com valores abusivos. "Queremos até sugerir que o governo do Estado determine um órgão que exerça o papel de fiscalização deste processo de municipalização. Não podemos deixar que isso ocorra a revelia para que a população não fique su-

jeita a cláusulas abusivas e lesivas", defende.

Para Morastoni, o que está acontecendo em Itapema é uma forma atravessada de municipalização. Ele lembra que o Ministério das Cidades já tem uma série de diretrizes relacionadas ao saneamento básico e no Estado está se iniciando o processo de discussão do assunto. "Em agosto, o governador irá realizar encontro com os prefeitos catarinenses para a elaboração do anteprojeto que será enviado à AL para determinar as regras gerais deste processo". (SD)

Livro

Bruxas

Há muitos anos Messias Serôa da Mota, nascido em Florianópolis em 1945, visitou as cidades de Paris, Madri e Lisboa para conhecer melhor o mundo bruxólico do Velho Mundo. Nas suas incursões como perito criminalístico pelo interior da Ilha, o manezinho ouviu muitas histórias de bruxas e na infância teve a oportunidade de "ouvir" o nascimento de muitas delas.

Formado em Direito pela UFSC e atuando na Polícia Técnica e Científica, ele adotou algumas bruxas e, escreveu o livro "As Bruxas do Desterro" lançado quarta-feira, 26, na Galeria de Arte Meyer Filho. (RV)

Agenda 21 na Comissão de Agricultura

O presidente da Comissão de Agricultura, deputado Mauro Mariani (PMDB), recebeu na terça-feira, 25, integrantes da *Comissão Estadual da Agenda 21* – uma proposta racional de como alcançar o desenvolvimento sustentável através da parceria entre os governos e a sociedade.

Em Santa Catarina, a *Agenda 21* começou a ser elaborada no ano 2000, com a construção de propostas. Uma série de dez seminários regionais e um estadual já foram realizados. O fechamento deverá ocorrer no Legislativo no dia 5 de junho, *Dia Mundial do Meio Ambiente*. “Não há dúvidas que é dessa



Deputados Dionei e Mariani com Giampaolo Marchesini, coordenador da Agenda 21

maneira que se busca o desenvolvimento sustentável”, declarou Mariani. Depois de

conhecer as propostas de trabalho da agenda, o deputado Dionei da Silva (PT) disse que muitas estão ligadas à agricultura e, em consequência, à Comissão. “É importante a participação não apenas do governo, mas de toda a sociedade”, afirmou. (RMPP)

Finanças debate ofícios

Apreciação de ofícios encaminhados pelos Tribunais de Contas do Estado (TCE) e de Justiça e secretaria Estadual da Fazenda, apresentando relatórios de atividades sobre o Fundo de Reaparelhamento da Justiça e informações gerenciais, respectivamente, levou os deputados que integram a Comissão de Finanças e Tributação a debater o trâmite destes documentos.

O deputado Antônio Carlos Vieira (PPB) sugeriu que não sejam aprovados os relatórios e sim distribuídas cópias para o conhecimento dos parlamentares e pos-

terior arquivamento. “Eu questiono o termo aprovar”. Vieira entende que os documentos enviados para a Casa não são produzidos pelos parlamentares e portanto não têm que passar por aprovação. No regimento interno não existe nenhuma especificação a respeito desta situação. O presidente da Comissão de Finanças, Djalma Berger (PFL), entende que o relato feito pelo deputado designado acusando o recebimento das informações deve passar por aprovação, encaminhando-os posteriormente para o arquivamento. (SD)

Audiências públicas

Na reunião da Comissão de Educação de quarta-feira (26), o presidente, deputado Paulo Eccel (PT), informou que no próximo dia 14 de abril, às 14 horas, no plenário, será realizada uma audiência pública sobre municipalização do ensino em Santa Catarina. “Será um debate polêmico”, declarou Eccel. Ele informou que já foram convidados representantes da secretaria da Educação, Conselho Estadual de Educação, Sinte, Federação Catarinense dos Municípios e prefeituras.

Outra audiência pública, ainda sem data definida, pretende convocar o reitor da

Udesc e o secretário da Educação para falar sobre a cobrança do curso de Pedagogia à distância da instituição. O requerimento é do deputado Herneus de Nadal (PMDB), líder do governo na Assembleia. Ele entende que se a Udesc é uma universidade pública, não pode fazer a cobrança desse curso.

Outro requerimento, do deputado Lício Mauro da Silveira (PPB), solicita à secretaria que envie à comissão informações gerais sobre a evasão no ensino fundamental e médio no Estado. (RMPP)

Fórum Ítalo-Brasileiro

Instalado o *Fórum Permanente Ítalo-Brasileiro*, que vai atuar para favorecer maior cooperação e intercâmbio entre Santa Catarina e Itália, nas mais diversas áreas. Presentes na instalação o cônsul geral da Itália PR/SC, Mario Trampetti, o vice-cônsul honorário da Itália em Florianópolis, Ezio Giannino Librizzi, e o presidente da Assembleia Legislativa, Volnei Morastoni (PT).

Na coordenação do *Fórum*, o deputado Rogério Mendonça (PMDB) e como secretário executivo Mauro Beal. Também o integram os deputados Joares Ponticelli (PPB), Celestino Secco (PPB), Altair Guidi (PPB), Antônio Carlos Vieira (PPB), Valmir Comin (PPB), Pedro Baldissera (PT), Antônio Ceron (PFL), Sérgio Godinho (PTB), Jorginho Mello (PSDB), Odete de Jesus (PL), Ronaldo Benedet (PMDB), Mauro Mariani (PMDB), Romildo Titon (PMDB) e Herneus de Nadal (PMDB). (DAB)

Emancipação de Balneário Rincão na CCJ

A documentação que comprova o cumprimento de todas as exigências previstas na Lei Complementar nº 135/95, que dispõem da criação de novos municípios, foi entregue no dia 25 pela comissão pró-emancipação do Balneário Rincão (Içara) à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O deputado Julio Garcia (PFL) foi designado para a análise dos documentos. Na próxima reunião da CCJ (1º) será definida uma comissão de parlamentares do Sul do estado, que irá verificar as determinações da lei. Entre os itens exigidos está um abaixo-assinado das pessoas domiciliadas na área que pleiteia a retificação de divisas, a concordância dos proprietá-

rios envolvidos; laudo territorial com a descrição dos limites e percentual da área em relação à área do município de origem, fornecido pela Diretoria de Geografia, Cartografia e Estatística da secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda; manifestação favorável das Câmaras de Vereadores e do prefeito do município de Içara.

Os parlamentares terão prazo de 45 dias para concluir a vistoria. Após, um projeto de resolução será submetido à votação em plenário e remetido ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para que seja autorizada a realização de plebiscito em que a população se manifestará favorável ou não a criação do novo município. (SD)



Parlamentares vão verificar toda a documentação para avaliar proposta de emancipação do Rincão

Turismo e Meio Ambiente

A Comissão de Turismo e Meio Ambiente passará a fazer audiências públicas nas cidades turísticas pólos com objetivo de traçar um diagnóstico sobre a realidade do setor, apontando as necessidades e soluções que possam ser encaminhadas. A sugestão foi feita quarta-feira, 26, pelo presidente da comissão, deputado Dado Cherem (PSDB). “Nosso maior problema é a sazonalidade, a baixa temporada. Queremos preparar um documento completo com a realidade do turismo catarinense, a partir de informações colhidas junto às entidades organizadas em cidades como Balneário Camboriú, Joinville, São Francisco do Sul, São Joaquim e outras”. A Comissão definiu ain-

da a realização de audiências públicas nos dias 15 e 23 de abril para, respectivamente, discutir resíduos sólidos e a Casan e suas perspectivas.

O deputado Celestino Secco (PPB) defendeu que deva haver manifestação da Comissão em relação à farra do boi, prática comum nas regiões litorâneas de cultura açoriana, durante a quaresma. Secco lembra que entre as obrigações da comissão prevista no regimento interno da Casa está a de proteger a fauna e a flora, proibir as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e provoquem extinção da espécie, além de submeter animais a tratamentos cruéis. O deputado anunciou que apresentará um projeto de lei

determinando uma vaga nos Conselhos Estaduais de Turismo e de Meio Ambiente a um membro da comissão, com direito a voz e voto.

Já o deputado José Paulo Serafim (PT) solicitou a formação de uma subcomissão para análise dos problemas ambientais relacionados à pesca em lagoas. “É o local onde determinadas espécies de peixes, camarões e siris vão para sua procriação. E a pesca desregulada pode ocasionar sérios problemas às muitas famílias que dependem da atividade para sobreviver. Esta é uma situação evidenciada no Sul do Estado, em municípios como Laguna, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna e Praia do Camacho”. (SD)

Políticas educacionais para negros

Dia Mundial contra a Discriminação Étnica reuniu educadores em dois eventos promovidos pelo Legislativo no dia 21

Cotas têm apoio da comunidade universitária

O 1º Seminário Legislativo – Inclusão étnica na educação: uma questão moral comprovou, através de depoimentos de professores da UFSC e Udesc, que boa parte da categoria admite não haver democracia racial no Brasil, motivo pelo qual são favoráveis à adoção de cotas para o ingresso de negros nas universidades públicas.

Na abertura, o presidente da Casa, Volnei Morastoni (PT), firmou que a ausência do poder público na promoção de políticas de igualdade racial fomenta a injustiça social. “Uma sociedade só terá justiça social quando houver respeito às diferenças e à diversidade étnica”, completou o parlamentar.

Os aspectos jurídicos e constitucionais que envolvem a política de ações afirmativas no ensino superior foram abordados pela procuradora-geral da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Dora Bertúlio, que reiterou que a ideologia racista nos acompanha desde o nascimento, constituindo-se num tema que incomoda a sociedade brasileira. Ela afirmou que a raça é determinante da pobreza em nosso país e que as cotas para negros podem mudar o acesso ao emprego.

A pedagoga Altair Felipe, da Udesc, trouxe dados do IBGE apontando que 12% da população catarinense é negra, número significativo que fez aquela universidade implementar a política



Solange Adão e Grupo Mítos, Percussão e Canto na abertura

ca da cor. Como exemplo citou o curso a distância para formação de educadores, criado em 2002, que entre seus alunos conta com 40 educadoras negras que buscam com muita dificuldade concluir o nível superior. “Não basta o acesso à universidade, queremos que os negros tenham competência para seguir na vida acadêmica”. O professor Paulino Cardoso frisou que a Udesc, desde a criação do Núcleo de Apoio Pedagógico em 1991, vem praticando uma política de ação afirmativa ao promover a diversidade

de étnica na instituição. Lembrou que poucas universidades possuem disciplinas de história da África e de populações de origem africana, informando que uma comissão foi formada no dia 8 de março para aprofundar o debate.

Pela UFSC falou o professor Marcelo Tractenberg. “O debate está possibilitando a mudança de posicionamento sobre o tema nos professores da UFSC e na nossa central nacional, a Associação Nacional dos Docentes de Nível Superior (Andes)”. (RV)

Coordenadoria específica na Educação

Um dos resultados da audiência pública para discutir políticas educacionais realizada pela Comissão de Educação na manhã do dia 21, por solicitação do Fórum de Mulheres Negras, se materializa na próxima sexta-feira (4), quando representantes do Movimento Negro – educadores, pedagogos, muitos deles servidores da rede estadual –, discutem com a secretaria de Educação a criação da Coordenadoria de Políticas Educacionais para Negros. A reunião, conforme a expectativa gerada pela própria secretária-adjunta, Selma Elias Westphal, deverá encaminhar concretamente a criação desta coordenadoria específica na estrutura da secretaria.

“Já temos um projeto pronto, que há dez anos está sendo discutido pelo Movimento Negro. Temos, inclusive, pessoas que podem assumir imediatamente a execução e implementação destas políticas em todos os níveis da educação. Não é mais necessário sentar para conversar. É só colocarmos em prática”, sintetizou a professora Arilda Nanci Serqueira, integrante do Fórum de Mulheres Negras, reforçada pela professora Jeruse Romão, um dos nomes referendados pelo Movimento para compor a futura coordenadoria. Com a institucionalização no corpo da estrutura política-administrativa estatal desta coordenadoria específica, composta por um quadro

de profissionais indicado pelo Movimento, haveria “mais garantia de efetivar ações afirmativas no sistema de ensino”.

Estas ações partem do princípio do reconhecimento da diversidade étnica, principalmente dos afro-descendentes, redundando em políticas educacionais ancoradas no respeito por estas diversidades, e na qualificação dos profissionais do ensino fundamental, médio e superior. Esta “teoria” já se mostrou eficiente na prática, como enfatizou a professora Jeruse, através da coordenadoria que trata das políticas educacionais para índios que hoje faz de Santa Catarina “referência nacional”. Jeruse é coordenadora do Fórum das Mulheres Negras de Florianópolis, mestre em Educação e professora da Unisul.

Participaram ainda dos dois debates, além de outras lideranças do Movimento Negro e do Fórum de Mulheres Negras, o reitor da Udesc, José Carlos Cehinel; a pró-reitora de Ensino e Graduação da UFSC, Sônia Probst; Adélcio Machado dos Santos, conselheiro do Conselho Estadual de Educação; e a professora Neli Góes Ribeiro, pró-reitora comunitária da Udesc. Além dos deputados petistas Paulo Eccel e Afrânio Boppré, Duduco (Nilson Nelson Machado/PPB), o presidente da Casa, Volnei Morastoni (PT), e o vereador da capital, Márcio de Souza (PT). (MMV)

Idoso é o tema da Campanha da Fraternidade 2003

Denise Arruda Bortolon

Realizada segunda-feira, 24, a sessão especial sobre a Campanha da Fraternidade desse ano com o tema *Vida, Dignidade e Esperança – Fraternidade e Pessoas Idosas*, que contou com a presença dos deputados Francisco de Assis (PT), que requereu a sessão, Celestino Secco (PPB), Paulo Eccel (PT), o secretário da Educação, Jacó Anderle, o arcebispo de Florianópolis, Dom Murilo Krieger, o frei Francisco Junípero Beier e o Comandante do Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar, coronel Nilson Lazári.

Assis ressaltou a presença dos idosos e de pessoas que têm interesse sobre o assunto, além de

enfatizar a importância da continuidade da Campanha para que haja uma maior consciência entre os jovens.

Anderle aproveitou a oportunidade para salientar a juventude que existe dentro da terceira idade, a busca pela vida e pela própria dignidade, já que essas pessoas têm uma experiência maravilhosa e que é possível aprender muito com essa convivência. Em seu discurso, Secco disse que a Igreja não quer que a campanha atinja só os idosos e sim que a vida seja contemplada em todas as suas fases e a integridade na organização da sociedade. Ressaltou a importância de cada um assumir suas responsabilidades e seu papel em relação ao assunto e eliminar qualquer preconceito



Irma e Mário de Rodeio presentes ao evento

para que as dificuldades sejam superadas. Outro assunto colocado em pauta pelo parlamentar foi a aposentadoria e parcerias para minimizar problemas

de moradia, locomoção e o acesso aos serviços públicos.

É necessário que haja os grupos da terceira idade, eles encontram lazer e compromissos

com os amigos do grupo, afirmou Eccel, explicando porque é a favor desses grupos e como eles se ocupam fazendo muitas ações produtivas para a população. Dom Murilo acredita que a campanha não é importante só para a Igreja, mas para a sociedade que tem dado cada vez mais espaço para o assunto. O objetivo é mudar a mentalidade dos brasileiros que querem eficiência, produção e consumismo, já que os idosos não são grandes consumidores, porém já fizeram a sua parte e têm muito a contribuir.

Com 88 anos de idade Frei Junípero falou um pouco da sua experiência de vida e demonstrou como a idade não interfere de maneira substancial na vida das pessoas.

Consumidor precisa cobrar seus direitos

Scheila Dziedzic

Na época do congelamento de preços, as fiscais do Sarney iam diariamente a cada supermercado munidas de suas listas. O apelo do então presidente da República, José Sarney (1986-1990) e a necessidade de se defenderem da inflação que atingia níveis absurdos, despertou nas donas de casa a consciência da importância de estarem organizadas. Em seguida, surgiu o código de Defesa do Consumidor, que acabou por ampliar a visão de direito da população. As donas de casa passaram a ter um entendimento maior das relações de consumo, investindo na educação, através de um trabalho de conscientização da cidadania, não mais se restringindo à divulgação de listas de preços.

Em 1996, a mobilização através de um abaixo-assinado pela redução da multa de 10% para 2% no atraso de prestações no comércio, reuniu um grupo de mulheres em Tubarão, no sul do Estado, lideradas por Reneuza Borba, em torno de uma mesma causa. Nascia a Adocon - Associação de Donas de Casa, dos Consumidores e da Cidadania daquele município, uma das mais atuantes em Santa Catarina. A iniciativa tomada conjuntamente com outras entidades representativas acabou resultando em lei federal. Hoje, a Adocon pertence ao Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor, que é ligado ao Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), do qual participam 20 organizações não-governamentais. Reneuza Borba esteve em Florianópolis, para participar do 3º Encontro Nacional do Ministério Público do Consumidor, e falou ao AL Notícias sobre os avanços nesta área.

AL Notícias - Quais as estratégias que os consumidores devem usar para detectar e coibir abusos nos preços?

Reneuza Borba Marinho - Primeiro, tem que ter a previsão de orçamento para saber conviver com o seu salário. Com relação ao preço de produtos e serviços, ele deve usar as armas fundamentais do consumidor que são a pesquisa de preços e o boicote a marcas quando observado que há abuso com relação ao preço de algum produto. Sempre que houver uma relação de consumo, uma relação contratual referente à prestação de serviço, observar antes as informações sobre o que está adquirindo para correr menos riscos. Ler os contratos, solicitar as informações precisas sobre a origem do produto, garantia que terá do produto, qual a durabi-

lidade, quais as medidas tomadas caso aconteça algum vício com aquele produto. Em uma compra a vista, o consumidor tem que buscar o menor preço, pechinchar. No momento atual é importante dar preferência para as compras a vista, em função das elevadas taxas de juros e os riscos que representam através de determinadas modalidades de financiamento oferecidas ao consumidor como cheque especial e cartão de crédito.

Não se pode perder de vista os altos riscos implícitos na utilização destas facilidades, pois caso ele não tenha como cumprir com estas obrigações em tempo determinado, os juros estão altíssimos, podendo inviabilizar sua vida financeira. Estamos vivendo um momento de comprar somente o necessário, trabalhar com previsão de orçamento, comprar a vista, utilizar o mínimo possível o cartão de crédito, pois utilizando o parcelamento e outras maneiras de financiamento é prejuízo. Os compromissos obrigatórios como água, luz, telefone, todos eles bem dosados, sabendo economizar, evitando desperdícios e descontroles.

AL Notícias - Existem algumas regras básicas de planejamento e controle do orçamento?

Reneuza - Nós temos que viver como uma empresa. Tendo a receita, a entrada de toda a renda da família, e planejar para onde irá o dinheiro. E, no final do mês, subtrair as despesas da receita. Se após isso você tiver déficit será um cidadão inflacionado, e precisará reduzir gastos, na alimentação, água, luz, telefone, prestação da casa própria, negociar datas de vencimentos, enfim, buscar organização. Por exemplo, na compra de alimentos fazer pesquisa de preços, comparando-os. Ter a coragem de trocar de marcas, deixando-as nas prateleiras, até que eles (os produtores) se dêem conta que o consumidor está buscando outras alternativas e amenizem o preço.

AL Notícias - Como tem evoluído a relação entre o comércio varejista, o consumidor e os direitos do consumidor?



Reneuza - No comércio varejista estamos trabalhando para que eles façam com os fornecedores a mesma pressão que fazemos sobre certos produtos. O fornecedor está sendo resistente à redução de preços, onde nós sabemos que não haveria a necessidade de tanto acréscimo. Desde a origem do produto até chegar ao consumidor, todos os setores têm que trabalhar com consciência de que são parte e podem colaborar na melhoria do preço oferecido ao consumidor. Uma grande rede de supermercado tem maior poder de negociação, mas existem experiências que começam a surgir para atender aos pequenos estabelecimentos. Eles estão se unindo em associações para viabilizarem suas compras e assim ter maior poder de pressão por preços menores. Em Tubarão, através da Associação Comercial e Industrial, já existe um cadastro de fornecedores dos pequenos supermercados, em forma de associação, faltando apenas registrar. Nós, da Adocon, fazemos reuniões com eles, para passarmos essa conscientização e interagir diretamente com o fornecedor. Neste ano, já fizemos duas reuniões com os pequenos supermercados.

AL Notícias - Podemos dizer que os comerciantes/prestadores de serviços assimilaram a defesa dos interesses do consumidor?

Reneuza - Houve uma melhoria muito grande nos 12 anos de existência do Código de Defesa do Consumidor. Não podemos cantar vitória, mas percebemos que existe luz e progresso nesta relação.

AL Notícias - Qual dos setores que mais rapidamente dá uma resposta às reivindicações do consumidor: o de alimentos, vestuário ou prestação de serviços?

Reneuza - O mais fácil é de alimentos e vestuário. Prestação de serviços é complicada.

do. Combustíveis, contas de água, luz e telefone, planos de saúde, também. A negociação com as empresas que oferecem estes serviços é muito mais complexa e o atendimento deixa a desejar. Por exemplo, o telefone nós consideramos uma das causas mais difíceis porque não temos em casa um relógio que possamos controlar e conferir os impulsos que utilizamos. Este setor se apresenta como uma das maiores vulnerabilidades do consumidor. O consumidor não tem tido bons resultados mesmo procurando o atendimento oferecido por eles, apenas através de contatos telefônicos ou via Internet. O fato de não poder se ficar frente a frente com o representante da empresa, essa forma impessoal de atendimento ao cliente, tem desgastado muito a relação e até desestimulado o consumidor de ir em busca do seu direito. O fechamento dos postos de atendimento foi uma das causas que mais prejudicou a relação junto ao sistema de telefonia. Existem ações da Adocon tramitando na Justiça pedindo a reabertura destes postos.

AL Notícias - Como o consumidor pode se defender dos abusos praticados pelas instituições financeiras?

Reneuza - Sempre há caminhos. Primeiramente, ele deve procurar as financeiras e, não havendo um acordo satisfatório, dirigir-se a um órgão de defesa do consumidor, os Procons ou Varas Especiais. Até vem nos causando uma preocupação porque li que o senador Pedro Simon (PMDB/RS) entrou com projeto de lei tirando esta competência das Varas Especiais, determinada pela Lei nº 9.099/95, que possibilita as relações de consumo serem discutidas nesta instância, onde o cidadão não precisa de advogado. Enquanto não estiver valendo a proposta do Simon - que esperamos não seja aprovada - é um dos caminhos que o consumidor tem. O consumidor tem que estar constantemente mobilizado para que estas situações cheguem ao Ministério Público.

AL Notícias - O que falta ao consumidor catarinense para fortalecer a defesa dos seus direitos?

Reneuza - A necessidade de procurar mais o Procon e participação maior em associações e entidades organizadas que defendam os direitos. Nós temos o hábito de procurar o sindicato preocupados com o aumento de salários e esquecemos a importância que tem você estar mobilizado em relação aos seus direitos, porque ao mesmo tempo está amenizando seus prejuízos. O que precisa é maior conscientização do consumidor e participar de entidades que o representem de maneira a torná-las mais fortes. Mas é importante que se participe individualmente, pois através de uma individualidade forte é que a coletividade se tornará mais homogênea.

AL Notícias - O que falta aos Procons?

Reneuza - Eu diria que uma atuação mais independente de governo, com pessoas técnicas ligadas ao Ministério Público, dando assim maior poder de ação na defesa do consumidor. Nós gostaríamos muito de uma parceria maior entre Procon, Ministério Público e entidades civis proporcionando uma interação, atendendo ao consumidor de maneira mais satisfatória.

VIA BRASÍLIA

Duplicação da BR-101

Com adesão de 50 dos 81 parlamentares dos estados do Sul, foi instalada em Brasília a Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-101 que tem a missão de fazer a interface da população com o governo, trabalhando em conjunto para a retomada imediata dos procedimen-

tos que concretizem as obras do trecho Sul da 101.

Jorge Boeira (PT), coordenador da Frente estará na Assembléia na segunda-feira (31), para unir esforços com o Fórum Parlamentar das Rodovias Federais e agilizar as fases dos editais e acompanhar as obras quando começarem.

Na primeira reunião o parlamentar recebeu a sugestão de marcar uma audi-

ência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os ministros do Planejamento, Guido Mantega e da Fazenda, Antonio Palocci, para viabilizar recursos orçamentários. O vice-líder do governo na Câmara, deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), representou o governo Lula no encontro. Ele frisou que a obra é um compromisso do presidente. (DAB)

Novas leis beneficiam saúde, economia e direitos do consumidor

O plenário apreciou na semana 19 vetos a projetos de lei aprovados ainda no final da legislatura passada. Um dos vetos foi ao projeto de reforma administrativa apreciado em convocação extraordinária do atual governo no mês de janeiro. Foram derrubados nove vetos e 10 foram mantidos. Outros quatro vetos governamentais serão votados em plenário na sessão do dia 1º de abril.

Vetos rejeitados

- ao Projeto de Lei 300/02, do ex-deputado João Macagnan (PFL), que autoriza o Executivo a determinar a presença de médico geriatra em todos os postos de saúde do Estado.
- ao Projeto de Lei 342/02, do deputado Jorginho Mello (PSDB), que dispõe sobre o atendimento ao consumidor nos caixas das agências bancárias.
- ao Projeto de Lei 271/02, do deputado Onofre Agostini (PFL), que altera a Lei nº 11.481, de 2000, que institui o Programa de Recuperação Fiscal (Refis/SC).
- ao Projeto de Lei 501/01, do ex-deputado Jaime Duarte (PPS), que autoriza meia-entrada para estudantes e menores de dezoito anos para o acesso a eventos culturais e desportivos.
- ao Projeto de Lei 455/02, da ex-deputada Ideli Salvatti (PT), que determina penalidades a serem aplicadas à prática de

discriminação em razão de orientação sexual.

- ao Projeto de Lei 436/02, do deputado Julio Garcia (PFL), autorizando governo estadual a doar imóvel em Florianópolis.
- ao Projeto de Lei Complementar 15/02, de origem governamental, reorganizando as parcelas remuneratórias dos cargos de Procurador do Estado, Procurador Administrativo e Procurador Fiscal e fixando novo vencimento básico.

Mantidos

- ao Projeto de Lei 435/02, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), que revoga o artigo 4º da Lei nº 10.722, de 1998, que autoriza a doação de imóvel em São José para construção de residências para os praças da Polícia Militar.
- ao Projeto de Lei 201/02, do ex-deputado Jaime Duarte (PPS), que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de postos ou agências de atendimento aos consumidores no Estado. Com o parecer dos presidentes da Casan e da Celesc, o projeto foi qualificado de contrário ao interesse público.
- ao Projeto de Lei 500/01, do ex-deputado Sandro Tarzan (PPB), que institui o Selo Catarinense de Qualidade do Turismo como instrumento classificador dos padrões de serviços turísticos em Santa Catarina. O Executivo vetou por inconstitucionalidade pois pretende ini-

ciar programa que não está incluído na Lei Orçamentária Anual.

- ao Projeto de Lei 440/02, do deputado Gilmar Knaesel (sem partido), que determina, no artigo 1º, que todos os artigos e produtos de óptica somente poderão ser comercializados em estabelecimentos ópticos especializados e habilitados. Consideram-se produtos ópticos quaisquer lentes oftálmicas com ou sem dioptria, com ou sem cor; óculos com ou sem dioptria, com ou sem cor; armações para óculos; óculos solares com ou sem dioptria; tele-sistema para correção visual e óculos de proteção e segurança no trabalho.
- ao Projeto de Lei 47/02, do ex-deputado Jaime Duarte (PPS), que trata sobre a não exigência de fiador ou equivalente no ato das matrículas nas escolas particulares do Estado.
- ao Projeto de Lei 181/02, do ex-deputado Gelson Sorgato (PMDB), que autoriza o Executivo a implementar, em caráter emergencial, programa destinado a minimizar as perdas dos agricultores decorrentes da estiagem verificada na safra agrícola 2001/2002.
- ao Projeto de Lei 187/02, do ex-deputado Paulo Bornhausen (PFL), que dispõe sobre a contratação de controladores de velocidade para fins de fiscalização nas rodovias estaduais.
- ao Projeto de Lei 429/02, do ex-depu-

tado João Macagnan (PFL), que torna obrigatória a exibição de filme publicitário esclarecendo sobre as conseqüências do uso de drogas antes das sessões principais em todos os cinemas do Estado.

- ao Projeto de Lei 270/02, do deputado Ronaldo Benedet (PMDB), que transforma em advertência por escrito as infrações de natureza média ou leve atribuídas a proprietário de veículo automotor. A Procuradoria Geral do Estado informou que o Código de Trânsito Brasileiro já deu ao administrador a possibilidade de substituir a multa por pena de advertência.

Vencimentos

Inserido no projeto de reforma administrativa de autoria do Executivo e apreciado pelo Legislativo em convocação extraordinária pelo novo governo no mês de janeiro, o artigo 140 da lei teve o veto mantido pelo plenário por 34 votos a 01.

O veto, conforme justifica o próprio Executivo na mensagem, foi aposto para evitar dubiedade de interpretação sobre o referido artigo. Segundo os parlamentares do PMDB, havia dúvidas sobre gratificações. O texto vetado não deixava claro se incidiriam sobre a remuneração (salário somado a todas as vantagens adquiridas) ou o vencimento (salário-base). (MMV)

Fim da caução em hospitais

A partir da publicação da Lei 146/02, o que deve ocorrer em no máximo 15 dias, os hospitais da rede pública e privada catarinenses estarão proibidos de exigir depósitos de qualquer natureza em atendimentos de emergência. Por 25 votos a 10, os parlamentares derrubaram o veto total aposto pelo Executivo em dezembro.

De autoria do deputado Narciso Parisotto (PTB), com proposta semelhante apensada, apresentada em 99 pela

deputada Odete de Jesus (PL). O registro da autoria da parlamentar foi feito em plenário. "As pessoas ficam nos corredores e se não têm dinheiro, ficam jogadas, não são atendidas", disse a deputada. O deputado Parisotto salientou que o "mais importante é que os catarinenses tenham esta lei, não importando quem foi o autor".

O líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), deixou

claro que dificilmente o Executivo irá ingressar com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra a nova lei. "Embora esteja claro no parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE), que foi pelo veto total ao projeto, de que a matéria seria de competência da União, nós fazemos encaminhamento de rejeição do



odete@alesc.sc.gov.br

veto. Este absurdo que acontece nos hospitais tem que ser coibido", assinalou.

Além da proibição da cobrança, a lei também prevê punições aos hospitais que comprovadamente a transgredirem, obrigando-os a devolver em dobro o valor cobrado dos pacientes. "Vamos, na Comissão de Saúde, estar atentos, fiscalizando o cumprimento desta lei", anunciou o deputado Nilson Nelson Machado (Duduco). (MMV)

Produtor de cebola protegido contra calote

Derrubado o veto governamental ao Projeto de Lei 488/01, do deputado Rogério "Peninha" Mendonça, líder do PMDB, os produtores catarinenses de cebola ficam mais protegidos contra o calote dos atravessadores, inclusive de outros estados. A nova lei acrescenta o parágrafo 3º ao artigo 45 da Lei nº 10.297/1996 (alterada pela Lei nº 11.350/2000, do ICMS), o que, em resumo, impede o uso de notas fiscais do produtor nas operações interestaduais.

Na prática, a medida também exigirá o registro de identificação, na secretaria da Fazenda, dos com-

pradores de cebola, normalmente acostumados a participar da transação sem a emissão de um cupom fiscal. "Agora, com a nota, o produtor saberá para quem está vendendo a cebola e a secretaria poderá manter um controle do comércio para evitar a sonegação", avalia Peninha.

Satisfeito com o resultado em plenário, o líder do PMDB diz que a Assembléia pagou uma dívida que o Estado tinha com os produtores de cebola. "O grande problema sempre foi o calote e eles não tinham a quem recorrer. Mas a situação começa a mudar". (MS)

Remédios gratuitos

Preocupado com a falta de poder aquisitivo com relação à compra de remédios de alto custo pela população carente do estado, o deputado Dado Cherem (PSDB) apresentou indicação ao secretário da Saúde solicitando que o Estado adote parcerias com os municípios para implantação de farmácias de manipulação públicas para a produção de remédios gratuitos para a população comprovadamente carente.

"A medida se faz necessária uma vez que temos que priorizar a saúde da população ca-

tarinense, amenizando as dificuldades quanto à aquisição de medicamentos", explica Dado. Em caso de doenças que precisam ser tratadas com vários medicamentos ao mesmo tempo, para facilitar o tratamento, o médico ou o dentista poderão prescrever fórmula manipulada que possibilitará a associação de todas as substâncias necessárias. Neste caso, as farmácias de manipulação com matéria-prima necessária poderão atender a prescrição preparando o produto, justificou o parlamentar. (DBC)



parisotto@alesc.sc.gov.br

Idoso: carinho e estímulo fazem a diferença

Rose Mary Paz Padilha

A mais longa de todas as idades parece ser também a mais difícil de ser vivida e compreendida, tanto que a **Campanha da Fraternidade** deste ano instituída pela igreja católica enfoca o idoso, sob o lema **Vida, dignidade e esperança**. Não basta estar vivo. É preciso respeito pelas décadas de experiências acumuladas, o que não acontece com milhares de velhinhos espalhados por todo o Brasil. Para um grande percentual, não existe casa e muito menos dinheiro para atender necessidades primordiais, como alimentação e saúde.

Na Grande Florianópolis existem várias instituições que amparam idosos. Uma delas é o **Lar dos Velhinhos de Zulma**, localizado em Campinas, município de São José, e que abriga 32 idosos, com idade entre 70 e 95 anos. A casa tem como característica principal o atendimento de pessoas carentes, sem filhos, ou que os filhos afirmam não ter recursos financeiros para custear as despesas com os pais. A mantenedora do lar, a **Sociedade Espírita de Assistência e Promoção Social Tereza de Jesus**, iniciou suas atividades em 1956 e desde aquela época vive de doações da comunidade. "Nossa casa é um laboratório do centro espírita kardecista, que funciona neste mesmo local", disse Ernestina Maria Santos Giacomozzi, administradora do Lar de Zulma. A entidade recebe todo tipo de doação, como roupas, calçados e dinheiro. É com o dinheiro doado por voluntários que são comprados o leite e o pão frescos, duas vezes ao dia, a carne e os remédios. Dos 20 funcionários apenas três são

pagos pela prefeitura e o restante é mantido com recursos próprios. "Nossa casa é abençoada, pois cada vez que vamos passar por alguma dificuldade peço ajuda e sou atendida", complementa. O único problema é a falta de um veículo para o transporte dos idosos, principalmente nos casos em que precisam ser levados ao médico. Somente com um dos idosos que precisa fazer sessões de quimioterapia em Florianópolis, o gasto diário com táxi é de 30 reais. Ernestina sonha com o dia em que o lar receberá um veículo como doação. "Se cada concessionária doasse mil reais poderíamos comprar um carro para a nossa casa".

As mulheres são a maioria no local e quase todos os idosos são reservados e de poucas palavras. Ficam a maior parte do tempo sentados em frente à televisão, apesar das tentativas dos voluntários para participarem de atividades de recreação. Os olhares parecem perdidos em meio a tantas lembranças que nem mesmo são reveladas. "Lembro de coisas boas, mas não conto", diz um dos moradores, de 84 anos, que desde a juventude vive na cadeira de rodas. Seu nome não vamos revelar para preservá-lo. Para nossa reportagem ele disse que veio para o local por opção, mas descobrimos que esta não é a verdade. A administradora afirmou que ele sofria espancamentos de um dos familiares. "Uma das coisas que aprendi aqui é que eles sempre preservam a família, mesmo que sofram maus tratos", diz Ernestina. Outra moradora, de 94 anos, chama pelo nome de uma das filhas todos os dias. Antes de perder a lucidez, contou para a administradora que não queria morar no local, mas o apelo foi em vão.



Cotidiano: Saudades e experiências mantidas no silêncio que reflete o abandono

Seu Chico e os vidros decorados

Do **Lar de Zulma** vamos para a **Orionópolis**, também em São José. O local é um conjunto de lares para maiores e menores abandonados, portadores de deficiência física, mental ou múltipla. Recebeu esse nome em homenagem a **João Luiz Orione**, o *santo da caridade*, que nasceu em Pontecurone, na Itália, em 1872. O objetivo da instituição que abriga 73 pessoas, sendo 25 idosos, é assistência, promoção, conscientização e evangelização das pessoas, segundo Silnara Aniceto, Coordenadora de Eventos. A **Orionópolis** também tem apoio comunitário com muitas doações, o que permite ao local ter infraestrutura completa. Para que seus moradores tenham melhor qualidade de vida são prestados serviços como atendimento médico e odontológico, terapia ocupacional, fisioterapia, atendimento especializado, massoterapia e atividades pedagógicas. Foi no setor pedagógico onde trabalham funcionárias dedicadas no trabalho com os deficientes, que tivemos a certeza que amor, carinho, estímulo e valorização são ingredientes fundamentais para que o idoso tenha mais qualidade de vida, apesar da deficiência.

O personagem principal desta nossa história é Francisco Manoel Luiz, **seu Chico**, como é carinhosamente chamado esse idoso de 76 anos, que nasceu em Laguna, Sul do Estado, e que antes morava na rua. A deficiência mental não impediu **seu Chico** de ter uma atividade produtiva dentro da instituição.

A escolhida foi o artesanato e que acabou mudando a vida desse velhinho meigo e simpático. "Antes das aulas de artesanato ele era cabisbaixo, sem auto-estima, disse uma das professoras do setor, Neraci de Oliveira, que só tem elogios para o assíduo aluno. Entre as peças confeccionadas por **seu Chico**, as preferidas são os vidros decorados com conchas, que são apanhadas durante os passeios semanais que ele e os outros companheiros fazem à praia. Mas esse idoso quer mais da vida. Há um mês frequenta as aulas na escola municipal de olaria. "Já estou aprendendo a fazer umas louças de barro", diz empolgado. Ele ainda encontra tempo para o teatro, onde uma vez por mês participa da encenação do Evangelho. Para a encenação da Páscoa já tem reservado o papel principal: o de Jesus Cristo. O impressionante é que a deficiência mental não impediu que ele associasse a figura de Jesus a um homem barbudo. Preocu-



Seu Chico e seus trabalhos

pada em saber se ele estava com algum problema porque não fazia a barba há vários dias, a enfermeira descobriu que o motivo era que **seu Chico** queria estar de acordo com a interpretação do personagem. "Perceba a associação que ele fez e para nós esse avanço incrível é gratificante", relatou a pedagoga Mar Santos.



Carmen Silvino, interna no Lar de Zulma, recebe a visita semanal de sua irmã Branca Cardoso